

QUANDO AS CASAS SE QUERIAM PEQUENAS (ESPAÇO E MEDIDAS NA IDADE MÉDIA)

por

Luís Miguel Duarte*

Resumo: Na primeira parte faz-se uma breve revisão do problema dos pesos e medidas em Portugal, na Idade Média, chegando até à chamada “reforma manuelina”. Na segunda parte aborda-se a dimensão das casas de habitação no mesmo período cronológico, focando aspectos como o conforto e o prestígio.

Palavras-chave: Idade Média; metrologia histórica; casas de habitação.

Abstract: The first part is a brief summary of the medieval and early modern metrology in Portugal, mainly the so called king Manuel I’s reform (1495-1521). The second part discusses the dimensions of the dwelling places in the same period, focusing on issues like comfort and prestige.

Key-words: Middle Ages; historical metrology; houses.

As reflexões que me proponho fazer, em primeiro lugar sobre o problema geral dos pesos e medidas na história portuguesa e, em segundo, sobre as dimensões das casas de habitação, devem ser enquadradas dentro de um interesse mais genérico sobre o espaço como construção social mas também psicológica dos homens, com um estatuto aparentado a outra grande coordenada da história, o tempo, bem como dentro de uma curiosidade pelo progresso da quantificação, da medida, da matematização e da geometrização da realidade: segundo alguns autores, o avanço mais sustentado e mais precoce desta forma de apreender a realidade terá sido uma das grandes ‘vantagens competitivas’ da Europa, no seu relacionamento com outras áreas culturais. Por isso, ao debruçar-me com a minúcia que o tema exige sobre as varas de medir pano ou sobre as varas de medir casas, acrescentando sempre um *quando* e um *onde* para cada medida, ou sobre as casas mais compridas ou mais quadradas do Portugal de Quatrocentos ou de Quinhentos, procurarei sempre pensar mais longe, seguindo os questio-

* Faculdade de Letras do Porto. E-mail: lmrduarte@mail.telepac.pt

nários da história económica e social ou da vida material, ou tentando ver, na luta entre localismo e uniformização de pesos e medidas, mais um episódio da construção daquilo a que E. R. Jones chamou “o milagre europeu”.

A METROLOGIA DO ANTIGO REGIME

Um dos sectores mais descurados da história de Portugal, e não apenas da Idade Média, é o da metrologia, ou seja, o estudo dos pesos e das medidas no tempo.¹

Uma reflexão introdutória, mesmo muito sumária, deverá desde logo desconfiar da actual propensão para a exactidão, por um lado, e para a unificação ou normalização, por outro, e lembrar que, no Antigo Regime, medidas toscas, mal calibradas, regionais ou locais eram na maioria dos casos uma coisa boa e não um sintoma de atraso ou arcaísmo. A historiografia tradicional tem rezado quase sempre o mesmo: o panorama nesses séculos era o de uma confusão total, cada terra seus pesos e suas medidas (quando não vários pesos e medidas no mesmo concelho), os povos queixavam-se recorrentemente em cortes deste estado de coisas², os reis tentavam intervir uma e outra vez³, mas esse voluntarismo nunca deu resultado.

Além disso, num reino de Portugal que era, ele próprio, um mosaico de pequenos ‘reinos’, de coutos, de honras, de terras isentas, de reguengos, de concelhos com seus termos, de fronteiras e jurisdições disputadas e litigiosas, as medidas locais, como as posturas, os privilégios, os costumes, eram de algum modo símbolos e espelhos de autonomia, de antiguidade e, portanto, de prestígio.

Com isto não pretendo afirmar que as extremas atomização e diversidade dos pesos e das medidas não causavam problemas ao sistema de trocas e à colecta de impostos; elas eram fonte constante de desentendimentos e conflitos, por vezes graves. Mas a inércia das tradições locais e dos interesses particulares revelou-se quase sempre mais forte do que os impulsos reformadores e unificadores; e por alguma razão isso aconteceu.

¹ Sobre o tema veja-se, entre vários títulos possíveis, Paul Zumthor – *La Mesure du monde. Représentation de l'espace au Moyen Âge*, Paris, Seuil, 1993; Herbert Arthur Klein – *The Science of Measurement. A Historical Survey*, New York, Dover Publications, 1988 (1ª ed. 1974); Alfred W. Crosby – *A mensuração da realidade. A quantificação e a sociedade ocidental (1250-1600)*, S. Paulo, UNESP/Cambridge University Press, 1999; e Bernard Garnier, Jean-Claude Hocquet e Denis Woronoff – *Introduction à la Métrologie Historique*, Paris, Economica, 1989.

² O que, de resto, não é exacto.

³ Gama Barros oferece-nos uma lista exaustiva dessas tentativas de reforma, começando com Afonso IV, seguindo com D. Pedro, depois com várias iniciativas de D. Afonso V e de D. João II, para culminarem com uma ordenação ‘maior’ de D. Manuel e outra, em 1575, de D. Sebastião (*Historia da Administração Publica em Portugal nos Seculos XII a XV*, 2ª ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares, Lisboa, Livraria Sá da Costa, s.d., Tomo X, Cap. III, “Pesos e medidas”, p. 13-115).

A REFORMA MANUELINA

De entre as muitas reformas creditadas a D. Manuel⁴, costuma salientar-se a dos pesos e medidas; mas não conheço grandes análises sobre os resultados dessa reforma. Os chamados *forais manuelinos*, eles próprios uma pálida caricatura dos diplomas ‘modernos’ e reformados que a historiografia tantas vezes nos apresentou, continuam a incluir uma variedade imensa de medidas e de pesos, sabendo nós, por acréscimo, que um alqueire ou um moio, em concelhos diferentes, podiam ter, e muitas vezes tinham, valores diferentes. A própria reforma manuelina nem sempre tem sido correctamente analisada: ela mais não é do que um conjunto de parágrafos⁵ do regimento do almotacé-mor⁶, essencialmente vocacionado para assegurar o abastecimento da corte. É nesta perspectiva, e apenas nela, que o “Venturoso” se debruça sobre a unificação dos pesos e medidas: o regimento só começa a tratar os pesos e medidas a partir do § 24, na sequência da regulamentação da actividade das padeiras. Ordena a unificação de todas as medidas, pesos, varas e côvados, pelos da cidade de Lisboa; o afinamento dos pesos devia ser feito na Corte, onde o rei estivesse⁷. Mas em rigor a chamada “reforma manuelina” dos pesos e medidas só começa no § 30: divide as terras por níveis demográficos⁸, estabelece para cada escalão a obrigatoriedade de possuir certos padrões, define que profissões devem ter que pesos e que medidas, proíbe para sempre a utilização de unidades antigas e diferentes. No final do § 61, termina o assunto e o regimento do almotacé-mor regressa ao que mais lhe interessa, o abastecimento da Corte⁹.

E, como foi bem demonstrado, logo após a promulgação do regimento, este rei e depois o seu sucessor, D. João III, outorgaram sucessivos diplomas a isentar dezenas de concelhos e algumas categorias profissionais da obrigatoriedade de utilizarem as medidas-padrão de Lisboa.¹⁰

Um momento marcante na investigação do tema foi a entrada *Pesos e Medidas*, de A. H. de Oliveira Marques, no *Dicionário de História de Portugal*. O historiador coligiu pacientemente dados, fez contas, elaborou tabelas e calculou equivalências.

⁴ Que, ao contrário dos seus antecessores, dispunha de um trunfo poderoso para as efectivar: riqueza.

⁵ Não os primeiros, aliás.

⁶ Título XV do Livro I das *Ordenações Manuelinas*. O cargo surgiu nos anos 50 do século XV, já depois da promulgação das *Ordenações Afonsinas*. Algumas destas atribuições estavam antes cometidas ao corregedor da corte.

⁷ Logo uma condição para a reforma correr mal, uma vez que o rei não se deslocava muito nem, sobretudo, por muitos sítios.

⁸ Menos de 200 vizinhos, entre 200 e 400, mais de 400 vizinhos.

⁹ Até acabar, no § 71. Este regimento merece uma análise mais aprofundada.

¹⁰ Isabel Drumond Braga, A Circulação e a distribuição dos produtos, in *Portugal, do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 203-209.

Pela primeira vez, a comunidade científica tinha ao seu dispor uma proposta de tabela para traduzir as medidas antigas em números e quantidades que fizessem sentido para nós hoje. O salto qualitativo foi enorme; estava feito o convite aos investigadores para confirmarem, corrigirem, enriquecerem esta tabela, mas poucos aceitaram o desafio. Pelo contrário, tornou-se cómodo recorrer ao artigo de Oliveira Marques para resolver a questão das equivalências, nem sempre, aliás, com resultados felizes¹¹.

Hoje começa a parecer evidente a necessidade de retomar o assunto, partindo da sólida base que Oliveira Marques nos legou. Um programa de investigação em metrologia histórica deverá assentar, na minha opinião, em dois vectores:

1. levantamento exaustivo de todas as menções a pesos e a medidas de qualquer tipo, com informações cuidadas sobre as datas, os locais, os produtos medidos e pesados, uma vez que a retórica e a pressão argumentativa também podiam fazer esticar ou encolher varas, braças, canadas e alqueires. Se eu estimo a área de um campo para o vender, as unidades de medida diminuem para os números finais da área crescerem; se o faço para pagar impostos, passa-se o contrário. Ao vendedor interessa uma medida mal cheia ou, pelo menos, aliçada pelas bordas; ao comprador, uma medida bem cheia, a transbordar. Tudo deve ser feito com uma atenção especial às dimensões local ou regional. E notando que as medidas de capacidade variam muito, ao contrário das de comprimento.
2. Aproveitamento sistemático dos *mapas de equivalência* de pesos e medidas que se multiplicam no século XIX, para servirem de base às tentativas de unificação e modernização levadas a cabo pelo liberalismo que, essas sim, acabariam por ser coroadas de êxito, embora o processo fosse, ainda assim, demorado. A minha experiência diz-me que, muitas vezes, é mais fiável avançar uma equivalência entre as medidas medievais e as do nosso tempo utilizando as tabelas oitocentistas relativas à mesma região. Embora essa operação não esteja, ela própria, isenta de problemas. É que, como lembram Bernard Garnier e Jean-Claude Hocquet em palavras de enorme importância, “o sistema decimal não oferece senão um padrão incómodo para a conversão dos antigos pesos e medidas, porque lhes é estranho por natureza. Ele não foi criado, felizmente, para proporcionar uma conversão. É diferente. É uno, assenta numa abstracção, numa convenção, numa medida extraída de uma natureza geometrizada e tornada universal, enquanto as medidas anteriores

¹¹ Parece-me uma questão de bom senso, por exemplo, que em nome da inteligibilidade do que se escreve se proceda aos arredondamentos normais. Dizer que uma casa media de largura 7,70 m, porque o documento fala em 7 varas, sugere uma precisão em tudo contrária ao tempo de que falamos.

eram antropométricas, calculadas a partir “dos homens”, plurais, multiplicadas até ao infinito pelas maneiras de medir.”¹²

Permito-me resumir algumas leis de evolução das antigas medidas, segundo um grande especialista, Jean-Claude Hocquet¹³:

1. As medidas integravam sistemas que as hierarquizavam relativamente a uma unidade escolhida em função da produtividade do trabalho humano; “esta correspondência entre a medida e a produtividade do trabalho, escreve o autor, constitui o primeiro elemento estruturante da metrologia histórica”.
2. A influência dos senhorios sentiu-se sobretudo nas medidas agrárias nos campos e nas colheitas (Hocquet chama-lhe a *lei da difusão das medidas dominantes*).
3. O poder político coincidiu muitas vezes com o poder económico neste campo; preocupou-se com a dimensão fiscal e não com o comércio externo. “A medida, conclui este historiador, não é portanto uma unidade fixa e objectiva, varia em função da clientela e do mercado abastecidos”.
4. A operação de medir modifica a própria medida – este é, para mim, um dos aspectos mais sugestivos. Como já disse, compra-se pela medida cheia e vende-se por ela rasa, por um lado; e o produto comercializado (o sal é o melhor exemplo) pode estar mais comprimido ou mais solto. No final, chega-se por vezes a uma diferença de 45%. Donde, lembra o autor, mais importante que a medida é o modo como se mede; e “a mensuração coloca a medida ao serviço do poder económico ou político”.
5. O Antigo Regime não via a medida como nós, como já fui lembrando.
6. Embora não fosse capaz de um esforço de abstracção tão elevado como o exigido pelo sistema decimal, ele gostava de alguma precisão nas medidas. E quando o poder mexia nelas, não era raro desencadear revoltas¹⁴. “A medida – seria esta uma sexta lei – foi constantemente a expressão social de uma relação de forças”.¹⁵

¹² *Introduction à la métrologie historique*, cit., “Conclusion”, p. 373.

¹³ *Mesurer, peser, compter le pain et le sel*, in *Introduction à la métrologie historique*, cit., p. 256-261.

¹⁴ Um outro autor, nesta mesma obra, lembra um aspecto interessante: as *comoções vinícolas* acendem-se contra alterações fiscais ou nas medidas, ao contrário das *comoções frumentárias*, que resultam da falta de cereal e da consequente carestia (p. 269).

¹⁵ Jean-Claude Hocquet acrescenta uma sétima alínea, centrada nos casos da França e da Inglaterra, sublinhando o interesse régio na simplificação dos sistemas de medida: “O reforço do poder real passa também por uma afirmação da soberania real em matéria de pesos e medidas. Este domínio, como o da moeda, é *regalengo*”.



AS MEDIDAS MEDIEVAIS

O preceito socrático segundo o qual “o homem é a medida de todas as coisas” serve às mil maravilhas, se despojado de toda a sua riqueza filosófica, para abordarmos a metrologia histórica: pés, passos, palmos, dedos, braças – em várias latitudes e civilizações foi com o seu corpo ou partes dele que o ser humano tentou calcular tamanhos, extensões, distâncias. Como escreveu Paul Zumthor, “os arquétipos aos quais nos reenviam as nossas concepções de espaço (isso foi afirmado e reafirmado) saíram da nossa consciência corporal. O corpo é o nosso lugar primeiro, inicialmente confundido com o corpo da mãe, que depois se desprende deste, e em relação ao qual se cria uma ordem e a extensão se torna espaço, ao mesmo tempo que vai sendo investido de valores.”¹⁶

Uma observação de passagem: esta operação não nos resolve os problemas de cálculo; não houve um *pé* ou um *palm* romanos (diferentes, por pitoresca hipótese, de um *pé* cartaginês ou ostrogodo), houve dezenas de variantes conforme os lugares e os tempos da história romana. Mesmo outras medidas de distância – um *tiro de besta*, uma *pedrada*¹⁷ – referem-se ao corpo humano ou a algumas das suas capacidades. Por outro lado, não esqueçamos que os egípcios e os gregos mediram o espaço através da geometria.

Nestas breves considerações não vou debruçar-me sobre as medidas de capacidade de sólidos ou de líquidos¹⁸, mas sim sobre as medidas de comprimento, as áreas e, sobretudo, decorrendo delas, o espaço doméstico e o espaço em meio urbano.

Primeiro dado significativo: as medidas dos campos são raras e tardias; temos algumas no século XIII, mas sempre poucas, ora dadas em trabalho humano (“homens de cavadura” ou “geiras”), ora em alqueires de sementeira, ora, mais raramente, em *comprido* e em *ancho*. As das casas de habitação surgem muito mais tarde: regra geral, só se generalizam na documentação portuguesa no final do século XV e inícios do XVI. Vamos a elas.

OS FORMATOS DAS CASAS

Não há, na Idade Média tardia em Portugal, um tipo de casas, há vários, conforme se trate de campo, de cidade (e, como veremos, variando com os locais da cidade),

¹⁶ *O.c.*, p. 18.

¹⁷ Era à distância de *uma pedrada* que os habitantes medievais gostavam de conservar os leprosos, como lembra Jacques Le Goff; fora de muros, mas não longe, para possibilitar a um tempo a assistência e o controle dos movimentos.

¹⁸ As medidas de cereais, por um lado, bem como as de azeite e, sobretudo, as de vinho, são uma permanente fonte de dúvidas.

de mar ou de montanha, do Minho ou do Algarve, conforme – passe o óbvio – o estatuto sócio-económico do dono, do construtor ou do ocupante. Sílvio Conde propôs mesmo uma tipologia que considerava seis modelos-base de casas de habitação. Recentemente vi avançar uma sugestão interessante: mais adequado e operatório do que discutirmos tipologias de construções pode ser considerarmos tipologias de *lotes*, o que pressupõe que estes precedem aquelas e que, em grande medida, as condicionam ou pré-determinam.

Começo por lembrar que sobre o tema sabemos pouco¹⁹. O comprimento (*comprido*, *longo*) e a largura (*largo*) eram medidos quase sempre em *varas*, mas também em *braças craveiras* ou *de claveira*, em *palmos* e em *pés*; e há exemplos curiosíssimos em que se especifica que a casa é medida em *varas de medir panos*²⁰.

A ideia essencial a reter, descontadas as várias especificidades, parece-me ser a seguinte: para os nossos padrões actuais, as casas medievais eram pequeníssimas, muitas vezes sufocantes. Áreas médias de 20, 30 ou 40 m² eram frequentes: hoje isso daria, no mínimo, um quarto acanhado, no máximo uma sala generosa²¹. É claro que quando afirmamos que, na capital, perto de 80% das habitações não atinge os 50 m², e quase 50% não chega sequer aos 30 m², estamos a referir apenas a superfície de terreno construída. Havendo sobrados por cima, o espaço aumentava sensivelmente na proporção do respectivo número. Nunca se refere a altura destas casas, mas os testemunhos iconográficos e arqueológicos sugerem-nos construções baixas, a carregar a sensação de falta de espaço²². Seriam definitivamente um problema para nós, que nos queixamos dos baixíssimos pés-direitos dos andares modernos, onde não cabem os louceiros românticos ou *art déco* que herdámos da família.

Dito isto, é conveniente começar desde logo a matizar o alcance desta ideia, através de algumas interrogações. Havia vários factores que condicionavam o tamanho das casas: o preço do terreno, muitíssimo variável no tempo e no espaço, o preço da construção (e creio que, de um modo geral, este pesava menos do que hoje, porque vigorava muito o sistema de auto-construção), a quantidade de pessoas a alojar e a

¹⁹ Porque foi precisamente nos últimos anos de Quatrocentos e nos primeiros de Quinhentos que se começou a indicar, com maior frequência, as medidas das casas em contratos de aforamento e em tombo de propriedade.

²⁰ Ou outros em que a simples interpretação das medidas referidas pelo documento constitui um desafio de resolução muito difícil.

²¹ Estou a falar de valores médios de 35,8 m² em Évora, 40,2 m² em Lisboa, 43,6 m² em Óbidos, um valor pouco superior em Alenquer. Mas se fizermos outras contas, as conclusões são mais impressionantes ainda: 52% das casas de Évora tinham entre 11 e 30 m²; em Lisboa, esse grupo rondava os 45,6%, e o seguinte, entre 31 e 50 m², correspondia a 31,7%. O que equivale por dizer que 77,3% das casas tinham menos de 50 m². Em terras mais pequenas como Tomar, Torres Novas e Guimarães, parece ter havido um pouco mais de espaço, sempre dentro destes valores reduzidos.

²² Já agora, a título de curiosidade, e falando em termos muito gerais, teríamos no Norte artigos urbanos mais alongados (as tradicionais casas nortenhas, compridas e de fachada estreita) e, à medida que caminhamos para o Sul do país, lotes mais quadrados.

respectiva 'qualidade', isto é, o nível social mas também o facto de se tratar de uma ou mais famílias, nucleares ou alargadas.

Retomando o título desta exposição, quando a preocupação principal é o conforto, casas e divisões espaçosas podem ser piores do que habitações acanhadas. Nas casas populares, o mobiliário era escasso: enxergas colocadas no chão, uma ou duas arcas nas quais se guardava tudo o que pudesse ter algum valor, uma trempe para suspender a panela, algumas prateleiras, um ou outro banco corrido; por esse lado, não fazia falta grande espaço. Só nos últimos anos do século XV e no início do século XVI começamos a encontrar vidraças em janelas²³. Portadas de madeira ou cortinas de encerado constituíam a única protecção contra o vento, a chuva, o frio ou, inversamente, o calor, já que o problema da luz se colocava menos. Por isso as casas tinham poucas aberturas; provavelmente hoje diríamos que nelas se vivia um ambiente irrespirável, sobretudo devido ao fumo das lareiras e de algumas tochas resinosas utilizadas para a iluminação. Por isso afirmo que, havendo pouca mobília, praticamente nenhuma necessidade de privacidade individual ou familiar como a viríamos a inventar muito mais tarde, e fortíssimas preocupações com o aquecimento, quanto mais pequena fosse a divisão (ou a casa, se tivesse duas ou mais divisões) melhor. Com a vantagem acrescida de se poupar no terreno e na construção. Além disso, como é sabido, raramente se trabalhava dentro de casa e vivia-se muito pouco nela, preferindo-se a rua ou os espaços intermédios, como alpendres e cobertos²⁴. Por outro lado, como em todas as civilizações de forte matriz rural (e isso passava-se também, em menor medida, nos meios urbanos com larga presença do campo), assumem uma importância fulcral os "anexos": adegas, lagar, loja, celeiro, curral, estrebaria, palheiro, todo e qualquer tipo de apoio às actividades agrícolas, à horticultura, ao armazenamento e transformação de produtos, à guarda de alfaias e de vasilhas, de gado ou de criação doméstica. Também este factor deve ser tido em conta na hora de avaliar o espaço das casas: se tivesse de escolher, qualquer camponês ou lavrador preferiria ter mais largueza na adega do que na sala ou "casa", isto é, na divisão em que morava.

Estes factores ajudam a explicar que, com excepções (ruas de elite em cidades mais importantes ou conjunturas de pressão demográfica elevada e de inflação descontrolada), a habitação não era cara, não pesava, como hoje, nos orçamentos das famílias.

Até agora, não entrei em linha de conta com um factor essencial: o prestígio. Em quase todos os meios sociais, a casa em que se habitava podia ser um espelho da consideração social que se reivindicava: "Diz-me em que casa moras, dir-te-ei quanto vales...". É uma reflexão que se impôs há muito para os estudiosos do urbanismo

²³ Estudando construções de gama alta numa rua de elite, a Rua Nova do Porto, precisamente neste período, José Marques não deparou com quaisquer menções a vidraças (o que não significa que não tenham existido).

²⁴ Os cobertos da Praça da Ribeira e de Miragaia são um bom exemplo disso.

italiano, mas que creio que a história urbana portuguesa, ainda assim bastante desenvolvida, não tem olhado com suficiente atenção. A pergunta de partida é: o que era uma *casa de prestígio* no Portugal de Quatrocentos? Não há uma resposta única; variava com os estratos sociais, a cidade ou o campo, as regiões do país. Mas, em síntese, podemos dizer que era uma casa que chamasse a atenção por ter dimensões acima da média, que utilizasse, na construção, materiais dispendiosos e ‘nobres’ (a pedra; elementos decorativos caros e eventualmente trabalhados, como os frisos das portas e janelas, para já não falar de alguma peça de escultura) e que tivesse uma situação privilegiada. As dimensões podem ser entendidas de duas maneiras: superfície e altura. Em locais em que a pressão urbanística não era um factor de peso, famílias ou instituições de prestígio e de dinheiro podiam ocupar casas compridas e largas: uma solução frequente era, aliás, proceder à união de vários edifícios, por vezes heterogéneos: os documentos falam-nos então de *assentamentos de casas*, espécie de grandes complexos habitacionais e de construções de apoio que podiam atingir muitas centenas de metros quadrados²⁵. Encontramo-los em algumas cidades, principalmente no sul, mas seria também o caso das mais importantes casas de lavoura.

Em muitas zonas de Lisboa e em algumas ruas do Porto, onde a procura era elevada e o solo escasso, a construção crescia para o céu. A documentação pode chamar-lhes *torres* ou *casas-torre*²⁶: são construções de rés-do-chão e mais três, quatro ou mesmo cinco andares; algumas podiam ostentar ameias, obviamente como sinal exterior de prestígio e não com quaisquer funções defensivas. No Porto, sabemos de algumas nas ruas próximas da Sé²⁷ e na Rua dos Mercadores. Com os perfis actuais dos arruamentos, quase todos alargados e com as cérceas unificadas ou aproximadas, é difícil ter a percepção do que era, para um portuense de Quatrocentos, uma casa-torre. Se a Rua Nova do Porto impressionou pela largura, pelo traçado ortogonal, pela qualidade e pela nobreza das casas, não se destacou pela altura destas. Todo o contrário da Rua Nova de Lisboa, onde as casas atingiram alturas nunca vistas, num *continuum* dos dois lados, o que colocou problemas de sociabilidade desconhecidos ao tempo: “Há n’esta rua, além d’outras coisas, edifícios admiráveis, de tantos pavimentos e com tantos inquilinos, que não se conhecem uns aos outros nem de cara nem de nome.”²⁸

²⁵ Conhecemos casos de 740 e de 930 m².

²⁶ Normalmente são casas de prestígio, que indicam a distinção de quem as habita pela altura que atingem. Através de um processo que conhecemos ainda mal, algumas delas acabam por se transformar em habitações de várias famílias, algo como a nossa propriedade horizontal.

²⁷ Destruidas na intervenção urbanística em torno do terreiro as Sé nos anos 40.

²⁸ António José de Figueiredo – “Lisboa em 1584”, *Arquivo Pittoresco*, 6 (1863), p. 86, cit. por João Alves Dias – *Gentes e Espaços. Em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – J.N.I.C.T., 1996, p. 71. A célebre imagem desta rua, no *Livro de Horas* de D. Manuel, deve ainda assim ser interpretada com alguns cuidados; não se trata de uma fotografia ou de um desenho realista.

A história urbana medieval e moderna é dos sectores mais avançados da nossa historiografia. Possuímos um número elevado de monografias de qualidade. Com a recente vaga de estudos sobre a construção corrente, já podemos subir um degrau na complexidade dos questionários, procurar saber o preço dos terrenos, o custo da construção, a história da ascensão e queda das zonas ricas e pobres, das ruas chiques, de elite, ou dos *bas fonds*, a passagem da Rua Nova a Rua Escura porque entretanto, no Porto, outra Rua Nova despontara, a qual reinaria sem rival até ser rasgada a sua sucessora, a Rua de Santa Catarina das Flores, num processo que continua hoje. E, para usar conceitos de outros países, fazer o mapa das *zonas quentes* das cidades: os centros políticos, os centros religiosos, os centros de convívio e de festa, os locais dos vários comércios (entre os quais o comércio do amor), os pontos de cobrança de impostos.

Depois do registo ‘micro’, relembro que as minhas preocupações de fundo são ‘macro’. Não me interessa especialmente reconstituir o *puzzle* quase impossível das medidas medievais só pelo exercício de virtuosismo na erudição²⁹; queria, isso sim, saber como fomos construindo, a vários níveis, as nossas percepções do espaço – até à medida final, sete palmos de terra, e à habitação derradeira que a todos espera. Nunca esquecendo que, como escreveu Alfred W. Crosby, “os europeus medievais e renascentistas, tal como um xamã, tal como todos nós em algumas ocasiões, e tal como alguns de nós o tempo todo, queriam explicações que fossem imediatamente conclusivas e emocionalmente satisfatórias. Ansiavam por um universo que, na expressão de Camus, “pudesse amar e sofrer”. Num universo assim, a balança, a régua de uma jarda e a ampulheta eram instrumentos com pouco mais do que uma conveniência prática imediata. O universo dos antigos europeus era um universo de qualidades, e não de quantidades.”³⁰

²⁹ A tarefa, de resto, só estaria ao alcance de uma equipa vasta, pluridisciplinar (reunindo historiadores e etnógrafos) e com muito tempo para trabalhar.

³⁰ *O.c.*, p. 55.